



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

CONSELHO JUDICIAL

Assunto: Síntese da Sessão Extraordinária do Conselho Judicial - 2017

Elaborada por:

Julieta Alcina Siteo

Noémia Abudo Malapende

Verificada por:

Jeremias Alfredo Manjate

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Síntese da Sessão Extraordinária do Conselho Judicial, realizada em Maputo, no Hotel Polana, de 27 a 29 de Novembro de 2017

Decorreu de 27 a 29 de Novembro de 2017, no Hotel Polana, em Maputo, a Sessão Extraordinária do Conselho Judicial, dirigida por Sua Excelência **Adelino Manuel Muchanga**, Venerando Presidente deste órgão, com os seguintes pontos de agenda:

Ponto 1: Apreciação da matriz de execução das deliberações do Conselho Judicial;

Ponto 2: Proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2019 - 2021 dos tribunais;

Ponto 3: Limites orçamentais dos Tribunais Judiciais para o ano de 2018;

Ponto 4: Proposta de Procedimentos Protocolares em casos de falecimento de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça;

Ponto 5: Proposta de classificação de Tribunais Judiciais de Distrito;

Ponto 6: Desconto na participação emolumentar para aposentação: obrigatoriedade e benefícios;

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, both appearing to be stylized and illegible.

Ponto 7: Remessa de valores aos Tribunais Superiores de Recurso pelos Tribunais Judiciais de Distrito, em detrimento das secções de Recurso dos Tribunais Judiciais de Província;

Ponto 8: A figura do Juiz Eleito nos Tribunais Judiciais de Província, à luz da legislação em vigor;

Ponto 9: Estudo da possibilidade de revisão da participação emolumentar para os Juízes Conselheiros e Desembargadores;

Ponto 10: Apresentação do Estatuto dos Oficiais de Justiça: Desafios para a sua implementação;

Ponto 11: Diversos.

Estiveram presentes os seguintes membros:

João António da Assunção Baptista Beirão, Vice - Presidente do Tribunal Supremo;

José Norberto Rodrigues Baptista Carrilho, Juiz Presidente da Secção Laboral do Tribunal Supremo;

Luís António Mondlane, Juiz Presidente da Secção Criminal do Tribunal Supremo;

Joaquim Luís Madeira, Juiz Presidente da Secção Cível do Tribunal Supremo;

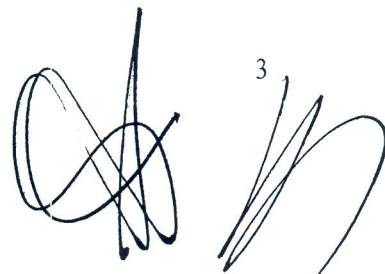
Valentim Daniel Sambo, Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo;

Maria Alexandra Zamba, Juíza Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Nampula;

Romana Luís de Camões, Juíza Presidente do Tribunal Superior de Recurso da Beira;

Jeremias Alfredo Manjate, Secretário - Geral dos Tribunais Judiciais;

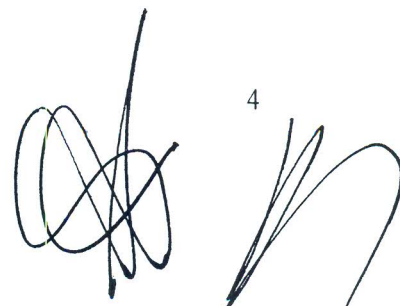
Henrique Carlos Xavier Cossa, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;



Rafael Sebastião, Coordenador da Inspeção Judicial;
Fernando Tomo José Pantie, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da
Província de Tete;
Paulo Ricardo Cinco Reis, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da
Província da Zambézia;
Memuna António Boné Veríssimo Manavela, Juíza Presidente do
Tribunal Judicial da Província de Maputo;
José Roger Sebastião Domingos, Juiz Presidente do Tribunal
Judicial da Província de Inhambane;
Maria Manuela Grande Oliveira, Juíza Presidente do Tribunal de
Menores da Cidade de Maputo;
Fernando Fenias Bila, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da
Província de Gaza;
Leonardo Alssines Fernando Mualia, Juiz Presidente do Tribunal
Judicial da Província do Niassa;
Ana Paula Sebastião José Muanheue, Juíza Presidente do Tribunal
Judicial da Província de Sofala;
Ernesto Véquina Pedro Mueha, Juiz Presidente do Tribunal Judicial
da Província de Manica;
Romana Sualé Muhôma, Juíza Presidente do Tribunal de Polícia da
Cidade de Maputo;
Alberto José Assane, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da
Província de Nampula;
Erzelina Berta Samuel Manjate, Juíza Presidente do Tribunal
Judicial da Província de Cabo Delgado.

Participaram como convidados Juízes Conselheiros, Secretária -
Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial, membro do
Conselho Superior da Magistratura Judicial, Directores Nacionais do
Tribunal Supremo, Presidente da Associação Moçambicana de
Juízes, Presidente da Associação de Oficiais de Justiça, Presidente da
Associação de Juízes Eleitos e Administradores Judiciais.

Apresenta-se, em seguida, a síntese da Sessão Extraordinária do
Conselho Judicial – 2017, relativa a cada um dos pontos da agenda:



4

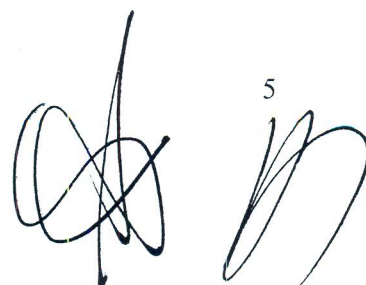
Ponto 1: Apreciação da matriz de execução das deliberações do Conselho Judicial

DELIBERAÇÃO N° 01/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou a matriz de execução das deliberações do Conselho Judicial, apresentada pelo Secretário - Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Considerar cumpridas as seguintes actividades:

- A criação de equipas de apoio para a formação de técnicos sobre a tramitação processual e elaboração de estatísticas judiciais para os Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais de Província;
- A efectivação da transferência de magistrados para a 4ª Secção do Tribunal Superior de Recurso de Maputo;
- A aquisição de livros de registo e a respectiva distribuição pelas Delegações do Cofre dos Tribunais de Província e de Distrito, no âmbito da implementação do Plano Estratégico do Cofre dos Tribunais;
- A realização de 2 acções de capacitação de Escrivães e Secretários das Delegações do Cofre dos Tribunais nas Províncias de Tete e Niassa, no âmbito da implementação do Plano Estratégico do Cofre dos Tribunais;
- A aquisição de 110 motorizadas e distribuídas por todos os Tribunais Judiciais de Província, no âmbito da implementação do Plano Estratégico do Cofre dos Tribunais;
- A criação de secções de turno de instrução criminal, a funcionar 24 horas, por dia, incluindo fins-de-semana e feriados, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Manica e Inhambane;

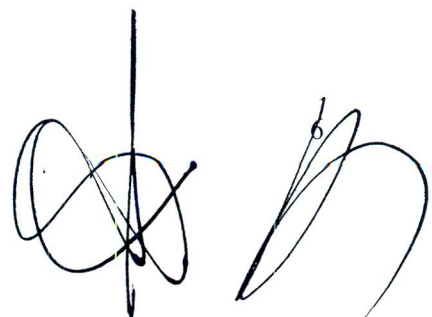


5

- A elaboração do estudo dos procedimentos protocolares em casos de falecimento de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça;
- O estudo da possibilidade de criação de mais uma secção no Tribunal Judicial do Distrito de Cahora - Bassa, Província de Tete;
- A criação de condições para a nomeação de magistrados e entrada em funcionamento das secções de recurso recentemente criadas, no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;
- A insistência junto do Ministério da Economia e Finanças para o desembolso de fundos para o pagamento de retroactivos de honorários e honorários devidos aos Juízes Eleitos nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala e Maputo;
- A efectivação de diligências junto do Ministério da Economia e Finanças para que a nível central, sejam disponibiliza dos fundos da rubrica de investimentos, para as obras de construção dos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica e Sofala;
- A elaboração de plantas - tipo, por tipologia de residências para magistrados judiciais;
- A adopção de critérios de organização e controle nos cartórios para garantir o pagamento de honorários aos Juízes Eleitos nos Tribunais Judiciais das províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Sofala e Gaza.

2. **Considerar não cumpridas as seguintes actividades:**

- A contratação de assessores para os Juízes Desembargadores, no âmbito da melhoria do desempenho destes, a nível local;



- A criação de condições para a nomeação de magistrados e entrada em funcionamento da secção de recurso recentemente criada, no Tribunal Judicial da Província de Nampula;

3. Considerar estarem em cumprimento as seguintes actividades:

- A contratação de Técnicos de Estatística para os Tribunais Judiciais;
- A aprovação do quadro - tipo de pessoal para os Tribunais Superiores de Recurso;
- A aprovação do decreto de materialização dos direitos e regalias de magistrados e da independência financeira dos Tribunais Judiciais;
- A reflexão com os magistrados sobre a gestão das audiências, particularmente nas faltas e atrasos nas diligências e julgamentos marcados, bem como, na melhoria na gestão do tempo de forma a eliminar a sobreposição da hora de julgamento;
- A adopção de critérios de organização e controle nos cartórios para garantir o pagamento de honorários aos Juízes Eleitos nas províncias de Cabo Delgado, Manica, Inhambane, Cidade de Maputo e Menores;
- A fixação de metas de desempenho individual para os Juízes Conselheiros e Desembargadores;
- A elaboração de projectos executivos para os Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Beira e Nampula;
- A construção de edifícios para o funcionamento de Tribunais Judiciais de Distrito, que se adequam à nova dinâmica processual e ao alargamento das competências destes;



- O aumento da celeridade processual de modo a garantir o cumprimento das metas individuais e colectivas, nos Tribunais Superiores de Recurso e nos Tribunais Judiciais de Província;
- A formação do pessoal dos cartórios em matéria de gestão processual nos Tribunais Superiores de Recurso e nos Tribunais Judiciais de Província, Menores e Polícia;
- A formação contínua e local de magistrados e funcionários nos Tribunais Judiciais de Província;
- O aperfeiçoamento e implementação de mecanismos para tornar mais eficaz o cumprimento das cartas precatórias;
- A verificação de dados estatísticos antes de serem enviados ao Tribunal Supremo;
- A insistência junto do Ministério da Economia e Finanças, através das respectivas Direcções Provinciais de Finanças, para a alocação de recursos financeiros para os Tribunais Superiores de Recurso;
- A aquisição de imóveis para residências de magistrados dos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula, no âmbito da implementação do Plano Estratégico do Cofre dos Tribunais;
- A análise do grau de cumprimento das metas individuais em vigor e apresentação das respectivas recomendações;
- Apresentação dos estudos sobre a possibilidade de transformação do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, em Tribunal de Família e Menores e das secções de Menores dos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Sofala e Nampula, em secções de família e menores;
- A revisão dos instrumentos legais do Cofre dos Tribunais, no âmbito da implementação do Plano Estratégico do Cofre dos Tribunais;



8

- A inclusão na partilha de emolumentos, de funcionários de carreira de regime geral e de Oficiais de Justiça dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público, incluindo as respectivas Inspeções Judiciais;
- A insistência junto do Ministério da Economia e Finanças para a disponibilização de fundos para o pagamento de retroactivos de honorários e honorários devidos aos Juizes Eleitos no Tribunal Judicial da Província de Manica, Cidade de Maputo e Menores;

Ponto 2: Proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2019 – 2021 dos tribunais

DELIBERAÇÃO N° 02/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou a proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2019 – 2021 dos tribunais, apresentada pela Directora do Gabinete de Estudos e Planificação do Tribunal Supremo, **Hermínia Pedro**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Aprovar a proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2019 - 2021 dos tribunais, com as alterações introduzidas, que passam a fazer parte da presente deliberação;
2. Recomendar a definição de prioridades na rubrica de investimento, tendo em conta os recursos financeiros disponíveis e as reais necessidades;
3. Recomendar a revisão dos valores indicados para a rubrica de salários e remunerações, tendo em conta as reais necessidades;
4. Recomendar a realização de reuniões anuais de planificação, envolvendo todos os Tribunais Judiciais.



9

Ponto 3: Limites orçamentais dos Tribunais Judiciais para o ano de 2018

DELIBERAÇÃO N° 03/ CJ/E/2017, DE 29 DE DEZEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou os limites orçamentais dos Tribunais Judiciais para o ano de 2018, apresentados pela Directora do Gabinete de Estudos e Planificação do Tribunal Supremo, **Hermínia Pedro**, e deliberou nos seguintes termos:

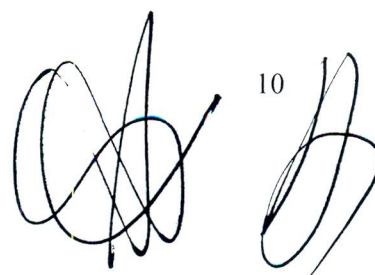
1. Aprovar os limites orçamentais dos Tribunais Judiciais para o ano de 2018, com as alterações introduzidas, que passam a fazer parte da presente deliberação;
2. Recomendar a definição clara de prioridades e racionalidade na alocação de recursos, tendo em conta o Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2016-2020.

Ponto 4: Proposta de procedimentos protocolares em casos de falecimento de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça

DELIBERAÇÃO N° 04/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou a proposta de procedimentos protocolares em casos de falecimento de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça, apresentada pela Secretária - Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial, **Rita de Franco Duque Ismael**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Aprovar a proposta de procedimentos protocolares em casos de falecimento de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça, com as alterações sugeridas, que passam a fazer parte da presente deliberação;



10

2. Constituir a comissão de trabalho composta por **Osvolda Joana**, Veneranda Juíza Conselheira, **Carlos Pedro Mondlane**, Presidente da Associação Moçambicana de Juizes, **Arlete Carlos José Cabral Tembe**, Presidente da Associação Moçambicana de Oficiais de Justiça e **Maria Teresa de Sousa Coutinho**, Directora Nacional de Recursos Humanos do Tribunal Supremo, para elaborar o estudo das soluções de apoio aos magistrados e funcionários, em casos de doenças e na promoção da saúde e do bem-estar destes.

Ponto 5: Proposta de classificação de Tribunais Judiciais de Distrito


DELIBERAÇÃO N° 05/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou a proposta de classificação de Tribunais Judiciais de Distrito, apresentada pelo Secretário - Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Aprovar a proposta de classificação dos actuais Tribunais Judiciais de Distrito de 2ª classe, em tribunais de 1ª classe, que passa a fazer parte da presente deliberação;
2. Recomendar o Conselho Superior da Magistratura Judicial a definir critérios de afectação de magistrados, tendo em conta a complexidade e a demanda processual de cada tribunal.

Ponto 6: Descontos na participação emolumentar para aposentação: obrigatoriedade e benefícios

DELIBERAÇÃO N°6/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO



11

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou o tema relativo aos descontos na participação emolumentar para aposentação, apresentado pela Veneranda Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo, **Memuna António Boné Veríssimo Manavela**, e deliberou nos seguintes termos:

Único: Solicitar os devidos esclarecimentos sobre os descontos na participação emolumentar para aposentação junto do Ministério da Economia e Finanças.

Ponto 7: Remessa de valores aos Tribunais Superiores de Recurso pelos Tribunais Judiciais de Distrito, em detrimento das secções de Recurso dos Tribunais Judiciais de Província

DELIBERAÇÃO N°7/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou o tema relativo à remessa de valores aos Tribunais Superiores de Recurso pelos Tribunais Judiciais de Distrito, em detrimento das secções de Recurso dos Tribunais Judiciais de Província, apresentado pela Veneranda Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo, **Memuna António Boné Veríssimo Manavela**, e deliberou nos seguintes termos:

Único: Recomendar ao Cofre dos Tribunais a realizar um estudo sobre a possibilidade de criação de mecanismos que possam facilitar a existência de receita para os Tribunais Judiciais de Província, com secções de recurso ou Juízes Desembargadores e o Tribunal de Menores da Cidade de Maputo.

Pontos 8: A figura do Juiz Eleito nos Tribunais Judiciais de Província, à luz da legislação em vigor

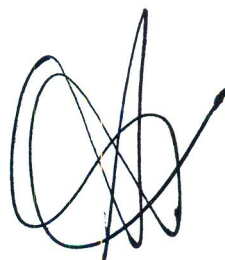
 12 

DELIBERAÇÃO Nº8/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou o tema relativo à figura do Juiz Eleito nos Tribunais Judiciais de Província, à luz da legislação em vigor, apresentado pela Veneranda Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo, **Memuna António Boné Veríssimo Manavela**, e pelo Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, **José Roger Sebastião Domingos**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Considerar relevante a intervenção dos Juízes Eleitos nos julgamentos em primeira instância, tendo em conta a necessidade de garantir a preservação e valorização dos usos e costumes locais;
2. Constituir a comissão de trabalho composta por **Memuna António Boné Veríssimo Manavela**, Veneranda Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo, **José Roger Sebastião Domingos**, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, **Josué Higinio José Matsinhe** e **Domingos Samuel**, Juízes de Direito B, para apresentar a proposta de casos de intervenção obrigatória dos Juízes Eleitos nos julgamentos em primeira instância, e apresentar as respectivas recomendações, no prazo de 4 meses;
3. Recomendar a partilha do estudo com a Associação Moçambicana de Juízes.

Ponto 9: Estudo da possibilidade de revisão da participação emolumentar para os Juízes Conselheiros e Desembargadores



DELIBERAÇÃO Nº 9/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou o estudo da possibilidade de revisão da participação emolumentar para os Juízes Conselheiros e Desembargadores, apresentada pela Veneranda Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais, **Matilde Augusto Monjane Maltez de Almeida**, e deliberou nos seguintes termos:

Único: Aprovar a proposta de revisão da participação emolumentar para os Juízes Conselheiros e Desembargadores, com as alterações sugeridas, que passam a fazer parte da presente deliberação.

Ponto 10: Apresentação do Estatuto dos Oficiais de Justiça: desafios para a sua implementação

DELIBERAÇÃO Nº 10/ CJ/E/2017, DE 29 DE NOVEMBRO

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, tomou conhecimento do Estatuto dos Oficiais de Justiça e dos desafios para a sua implementação, apresentados pela Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça, **Arlete Carlos José Cabral Tembe**, e deliberou:

Único: Recomendar aos Juízes Presidentes dos Tribunais Judiciais para a necessidade de garantir a implementação do Estatuto dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça.

Ponto 11: Diversos

DELIBERAÇÃO Nº 11/ CJ/E/2017, DE 29 DE DEZEMBRO

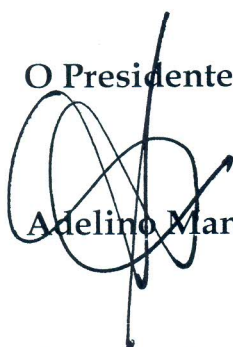


14

O Conselho Judicial, reunido em sessão extraordinária, apreciou a proposta de alteração das competências do Administrador Judicial, apresentada pelo Venerando Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Henrique Carlos Xavier Cossa**, e deliberou nos seguintes termos:

1. Recomendar a alteração da legislação para os Juízes Presidentes deixarem de ser Ordenadores da Despesa, passando essa responsabilidade aos Administradores Judiciais, de forma a garantir maior intervenção no processo;
2. Recomendar a realização de um estudo sobre a remuneração dos Juízes Presidentes, nos Tribunais Judiciais de Província, com secções de recursos ou Juízes Desembargadores.

O Presidente



Adelino Manuel Muchanga

O secretário - Geral



Jeremias Alfredo Manjate

Maputo, 29 de Novembro de 2017